

TERRAS RURAIS

Hectare a R\$ 4,7 mil

Lula sanciona a MP que permite a regularização direta aos produtores que ocupam a área há pelo menos cinco anos

» LILIAN TAHAN

A lei que autoriza agricultores e pecuaristas do Distrito Federal a terem a posse da terra em que produzem foi confirmada ontem pelo governo federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no final da tarde de ontem, a emenda que permite ao GDF vender ou ceder as áreas rurais diretamente aos produtores que ocupam o terreno há pelo menos cinco anos. A legislação também estabelece o preço cobrado pelos lotes: R\$ 4,7 mil o hectare, valor mínimo fixado pela planilha de preços do Incra para a terra nua.

A emenda que trata das terras rurais no DF foi inserida na Medida Provisória nº 460 e aprovada como o artigo 18. O texto que abre a possibilidade de regularização das áreas produtivas na capital, no entanto, sofreu dois vetos (veja quadro ao lado). Um deles proíbe o desconto de 80% na concessão dos lotes rurais de menor porte, com menos de 60 hectares. O outro impede que os terrenos rurais ou ambientais inseridos no perímetro urbano também possam ser cedidos aos seus ocupantes.

O governo avaliou que o termo ambiental poderia abrir uma brecha para o uso irregular das áreas protegidas pela legislação. Mas o item que beneficia as propriedades rurais em áreas urbanas voltará a ser discutido na esteira de uma outra MP, a 462, que tramita no Congresso e trata de temas variados. "Já comecei a negociar a

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press - 23/6/09

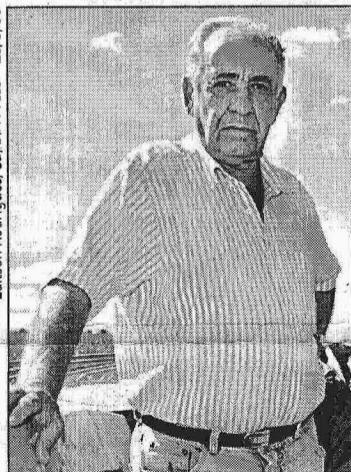


Rollemberg, reunido com produtores rurais: mobilização pela aprovação e sanção da medida provisória

Perímetro

O autor da emenda de regularização das terras rurais estima que existam atualmente 300 produtores rurais inseridos em áreas urbanas e um conjunto de 19 mil agricultores e pecuaristas fora do perímetro das cidades.

Edilson Rodrigues/CB/D.A Press - 26/5/09



"O maior benefício da lei de regularização de áreas rurais é a segurança que ela dá para os produtores. Até hoje, pecuaristas e agricultores conviviam com o risco de perder o terreno para qualquer pessoa que desse um lance maior numa licitação. Agora, não há risco. As áreas serão vendidas diretamente ao legítimo ocupante, ou seja, sem concorrência. Isso dará um ânimo para a atividade rural do DF."

Renato Simplicio Lopes,
presidente da Federação da Agricultura
e Pecuária do Distrito Federal

Escrituras

Com a aprovação da lei de regularização das terras rurais, os produtores vão finalmente ter acesso às escrituras dos

foi tratado no âmbito da Secretaria de Patrimônio da União, debatido com cinco ministros e levado ao conhecimento do próprio presidente Lula.

terrenos onde desenvolvem suas atividades. O documento é exigido em praticamente todos os programas de crédito abertos pelo governo ou oferecidos pelos bancos. Sem a posse oficial desses lotes, agricultores e pecuaristas do DF deixavam de ter acesso a financiamentos para aumentar seus negócios. Diante do impedimento, uma parte desses produtores mudou

de ramo ou acabou migrando para terrenos em Goiás.

Na avaliação dos produtores, a possibilidade de regularização dos terrenos rurais não é um assunto que beneficia apenas os interesses de fazendeiros. A situação de instabilidade dessa categoria, que não tem garantias da posse da terra, compromete a produtividade agrícola na capital da República, além de incen-

tivar a grilagem de terras e ocupação irregular do solo, o que por sua vez interfere na rotina urbana da cidade.